



DICAS PARA TIRAR NOTA MIL NA REDAÇÃO DO ENEM



1. ESTÉTICA

A estética corresponde ao modo como seu texto se apresenta, é o “cartão-postal” que convida o corretor a ler com inicial estímulo seu texto. Por isso, se você quer tirar nota mil, você deve cuidar da aparência da sua redação e evitar possíveis dificuldades na fluidez da leitura dela.

Para isso, atente às seguintes dicas:



- a. **Título** – O Enem não exige título, então não se desgaste, não use título;
- b. **Paragrafação** – Para que seu texto não seja superficial, escreva quatro parágrafos;
- c. **Margens** – As linhas que fecham a caixa de texto nunca podem ser ultrapassadas;
- d. **Rasura** – Se errar uma palavra, passe um traço nela e continue a escrever ao lado;
- e. **Caligrafia** – Não importa a beleza, importa a legibilidade.



2. COMPETÊNCIAS DO ENEM

As competências do Enem são os critérios usados para avaliação da sua redação. Ou seja, os parâmetros que definirão a sua pontuação na produção de texto. Dessa forma, é fácil entender que, para se tirar a nota mil, você deve conhecer cada uma dessas competências e, claro, saber cumprir com eficiência todas elas.



I – Domínio da norma padrão da língua escrita

O que o Enem busca avaliar aqui é a capacidade dos estudantes de diferenciar os registros oral e escrito da língua. Um exemplo simples: no cotidiano, usamos a expressão “pra” (contração da preposição “para” e do artigo “a”). Ela pode se adequar perfeitamente a nossas conversas diárias, mas não fica bem quando precisamos fazer um discurso na formatura do colégio ou ainda ao escrever uma carta para a direção da empresa na qual trabalhamos. Nessas situações, deve-se primar pela clareza e pela precisão. O examinador do Enem quer saber se o candidato conhece essas diferenças – e se sabe escrever usando a norma culta da língua.



II – Compreensão da proposta e uso de outras áreas do conhecimento

Um dos erros mais frequentes – e graves – em redações de vestibulares e do Enem é a inadequação ao tema proposto. É o que acontece quando o candidato “foge ao tema”, como se costuma dizer. Trata-se de uma falta grave porque sinaliza que o estudante não conseguiu entender a proposta exata da prova ou nem sequer atendeu ao assunto. Outra habilidade que o aluno deve demonstrar no texto é se ele consegue levar a temática a outras áreas do conhecimento, o que chamamos de interdisciplinaridade; ou seja, use a Filosofia, a História, a Literatura em seu texto para garantir a nota máxima nesta competência.



III – Capacidade de organizar e relacionar informações para defender seu ponto de vista

O aluno, para defender sua opinião, precisa tomar como base exemplos, dados, citações, entre outros. O uso de informações deve seguir uma regra simples: a informação usada está ilustrando a sua opinião? É necessário que o aluno selecione bem o que vai usar para que seu texto não fique somente expositivo, tampouco desconexo.



IV – Mecanismos de coesão

Os aspectos avaliados nessa competência dizem respeito à estruturação do texto e à apresentação da argumentação. O estudante deve demonstrar que sabe usar o idioma para desenvolver suas ideias sobre o tema proposto de maneira clara e lógica. Dessa forma, será bem-sucedido na tarefa de comunicar a mensagem pretendida. Fique atento à coesão vertical e horizontal no texto.



V – Elaborar proposta de intervenção ao problema exposto

A última competência busca avaliar se o candidato tem condições de propor alguma ideia para solucionar um problema. É fundamental detalhar os meios que seriam utilizados para a solução do problema. O próprio MEC ressalta que as propostas devem ser feitas respeitando os Direitos Humanos, o que implica não romper com valores como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural.



3. ESTRUTURA IDEOLÓGICA

Organizar bem as ideias no texto é um requisito crucial para quem quer tirar a nota mil. Saber o que deve haver na Introdução, no Desenvolvimento e na Conclusão, como elementos obrigatórios de cada parágrafo, define a maior pontuação.



Para entender melhor como isso ocorre, vamos analisar uma redação nota mil.



Tema:
**Deveres individuais e coletivos na
defesa e incentivo aos mais diversos
patrimônios e manifestações da
cultura brasileira**



Introdução

Tema+Tese



O Brasil é mundialmente conhecido por ser um território formado pela união de diversas culturas desde o século XVI. Apesar de ser um dever individual e coletivo, atualmente não há defesa nem incentivos aos patrimônios e às manifestações dessa riqueza cultural no país, sendo a cultura cada vez menos exaltada tanto na esfera social quanto na governamental. E isso ocorre principalmente devido à falta de valorização dos indivíduos e à escassez de recursos incentivadores.



Tema

O Brasil é mundialmente conhecido por ser um território formado pela união de diversas culturas desde o século XVI. Apesar de ser um dever individual e coletivo, atualmente não há defesa nem incentivos aos patrimônios e às manifestações dessa riqueza cultural no país, sendo a cultura cada vez menos exaltada tanto na esfera social quanto na governamental. E isso ocorre principalmente devido à falta de valorização dos indivíduos e à escassez de recursos incentivadores.



O Brasil é mundialmente conhecido por ser um território formado pela união de diversas culturas desde o século XVI. Apesar de ser um dever individual e coletivo, atualmente não há defesa nem incentivos aos patrimônios e às manifestações dessa riqueza cultural no país, sendo a cultura cada vez menos exaltada tanto na esfera social quanto na governamental. E isso ocorre principalmente devido à falta de valorização dos indivíduos e à escassez de recursos incentivadores.

Terse



O Brasil é mundialmente conhecido por ser um território formado pela união de diversas culturas desde o século XVI. Apesar de ser um dever individual e coletivo, atualmente não há defesa nem incentivos aos patrimônios e às manifestações dessa riqueza cultural no país, sendo a cultura cada vez menos exaltada tanto na esfera social quanto na governamental. E isso ocorre principalmente devido à falta de valorização dos indivíduos e à escassez de recursos incentivadores.

Tere



O Brasil é mundialmente conhecido por ser um território formado pela união de diversas culturas desde o século XVI. Apesar de ser um dever individual e coletivo, atualmente não há defesa nem incentivos aos patrimônios e às manifestações dessa riqueza cultural no país, sendo a cultura cada vez menos exaltada tanto na esfera social quanto na governamental. E isso ocorre principalmente devido à falta de valorização dos indivíduos e à escassez de recursos incentivadores.

CI



O Brasil é mundialmente conhecido por ser um território formado pela união de diversas culturas desde o século XVI. Apesar de ser um dever individual e coletivo, atualmente não há defesa nem incentivos aos patrimônios e às manifestações dessa riqueza cultural no país, sendo a cultura cada vez menos exaltada tanto na esfera social quanto na governamental. E isso ocorre principalmente devido à falta de valorização dos indivíduos e à escassez de recursos incentivadores.

C II



Fica claro, na legislação brasileira, que a população tem o dever individual e coletivo de proteger as heranças do país, entretanto as pessoas valorizam cada vez menos as expressões culturais, depredando os patrimônios materiais e participando menos das manifestações dos patrimônios imateriais. Prova disso foi a destruição do centro histórico de Praia Grande, no Maranhão, por vândalos, que danificaram o local, segundo o site G1. Além do mais, conforme uma pesquisa realizada pelo site Cultura e Mercado, apenas 15% dos 8000 entrevistados afirmaram ir a eventos culturais, museus e espetáculos regionais. Esses fatos constataam que a falta de valorização dos aspectos culturais na esfera social promove a continuidade da depreciação e do desestímulo dos patrimônios brasileiros, já que, sem a preservação e participação popular, a cultura é cada vez menos defendida e incentivada.



Fica claro, na legislação brasileira, que a população tem o dever individual e coletivo de proteger as heranças do país, entretanto as pessoas valorizam cada vez menos as expressões culturais, depredando os patrimônios materiais e participando menos das manifestações dos patrimônios imateriais. Prova disso foi a destruição do centro histórico de Praia Grande, no Maranhão, por vândalos, que danificaram o local, segundo o site G1. Além do mais, conforme uma pesquisa realizada pelo site Cultura e Mercado, apenas 15% dos 8000 entrevistados afirmaram ir a eventos culturais, museus e espetáculos regionais. Esses fatos constataam que a falta de valorização dos aspectos culturais na esfera social promove a continuidade da depreciação e do desestímulo dos patrimônios brasileiros, já que, sem a preservação e participação popular, a cultura é cada vez menos defendida e incentivada.



Fica claro, na legislação brasileira, que a população tem o dever individual e coletivo de proteger as heranças do país, entretanto as pessoas valorizam cada vez menos as expressões culturais, depredando os patrimônios materiais e participando menos das manifestações dos patrimônios imateriais. Prova disso foi a destruição do centro histórico de Praia Grande, no Maranhão, por vândalos, que danificaram o local, segundo o site G1. Além do mais, conforme uma pesquisa realizada pelo site Cultura e Mercado, apenas 15% dos 8000 entrevistados afirmaram ir a eventos culturais, museus e espetáculos regionais. Esses fatos constataam que a falta de valorização dos aspectos culturais na esfera social promove a continuidade da depreciação e do desestímulo dos patrimônios brasileiros, já que, sem a preservação e participação popular, a cultura é cada vez menos defendida e incentivada.

FERNANDA
BERGAMO






Fica claro, na legislação brasileira, que a população tem o dever individual e coletivo de proteger as heranças do país, entretanto as pessoas valorizam cada vez menos as expressões culturais, depredando os patrimônios materiais e participando menos das manifestações dos patrimônios imateriais. Prova disso foi a destruição do centro histórico de Praia Grande, no Maranhão, por vândalos, que danificaram o local, segundo o site G1. Além do mais, conforme uma pesquisa realizada pelo site Cultura e Mercado, apenas 15% dos 8000 entrevistados afirmaram ir a eventos culturais, museus e espetáculos regionais. Esses fatos constatam que a falta de valorização dos aspectos culturais na esfera social promove a continuidade da depreciação e do desestímulo dos patrimônios brasileiros, já que, sem a preservação e participação popular, a cultura é cada vez menos defendida e incentivada.

AT



Fica claro, na legislação brasileira, que a população tem o dever individual e coletivo de proteger as heranças do país, entretanto as pessoas valorizam cada vez menos as expressões culturais, depredando os patrimônios materiais e participando menos das manifestações dos patrimônios imateriais. Prova disso foi a destruição do centro histórico de Praia Grande, no Maranhão, por vândalos, que danificaram o local, segundo o site G1. Além do mais, conforme uma pesquisa realizada pelo site Cultura e Mercado, apenas 15% dos 8000 entrevistados afirmaram ir a eventos culturais, museus e espetáculos regionais. Esses fatos constataam que a falta de valorização dos aspectos culturais na esfera social promove a continuidade da depreciação e do desestímulo dos patrimônios brasileiros, já que, sem a preservação e participação popular, a cultura é cada vez menos defendida e incentivada. 



Além disso, está explícito, na Constituição, que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, dando apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, o que, todavia, não é observado na prática. Um exemplo disso é a lei Rounet, a qual deveria garantir recursos para incentivar a valorização das expressões e patrimônios culturais, mas que atualmente está sendo utilizada em prol de eventos meramente lucrativos e que não exaltam a cultura popular. Além do mais, segundo pesquisas do IBGE, 75% dos municípios não recebem recursos governamentais para a construção de estruturas que objetivem gerir e apoiar a cultura, o que provoca uma queda acentuada da dispersão cultural do país. Essa realidade comprova que a escassez de recursos incentivadores pela esfera governamental promove o aumento da depreciação e do desencorajamento cultural do país, visto que, sem incentivo e apoio do governo, dificilmente os patrimônios serão acessíveis e exaltados.



Além disso, está explícito, na Constituição, que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, dando apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, o que, todavia, não é observado na prática. Um exemplo disso é a lei Rounet, a qual deveria garantir recursos para incentivar a valorização das expressões e patrimônios culturais, mas que atualmente está sendo utilizada em prol de eventos meramente lucrativos e que não exaltam a cultura popular. Além do mais, segundo pesquisas do IBGE, 75% dos municípios não recebem recursos governamentais para a construção de estruturas que objetivem gerir e apoiar a cultura, o que provoca uma queda acentuada da dispersão cultural do país. Essa realidade comprova que a escassez de recursos incentivadores pela esfera governamental promove o aumento da depreciação e do desencorajamento cultural do país, visto que, sem incentivo e apoio do governo, dificilmente os patrimônios serão acessíveis e exaltados.

FERNANDA
BERGAMO



OK



Além disso, está explícito, na Constituição, que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, dando apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, o que, todavia, não é observado na prática. Um exemplo disso é a lei Rounet, a qual deveria garantir recursos para incentivar a valorização das expressões e patrimônios culturais, mas que atualmente está sendo utilizada em prol de eventos meramente lucrativos e que não exaltam a cultura popular. Além do mais, segundo pesquisas do IBGE, 75% dos municípios não recebem recursos governamentais para a construção de estruturas que objetivem gerir e apoiar a cultura, o que provoca uma queda acentuada da dispersão cultural do país. Essa realidade comprova que a escassez de recursos incentivadores pela esfera governamental promove o aumento da depreciação e do desencorajamento cultural do país, visto que, sem incentivo e apoio do governo, dificilmente os patrimônios serão acessíveis e exaltados.



Além disso, está explícito, na Constituição, que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, dando apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, o que, todavia, não é observado na prática. Um exemplo disso é a lei Rounet, a qual deveria garantir recursos para incentivar a valorização das expressões e patrimônios culturais, mas que atualmente está sendo utilizada em prol de eventos meramente lucrativos e que não exaltam a cultura popular. Além do mais, segundo pesquisas do IBGE, 75% dos municípios não recebem recursos governamentais para a construção de estruturas que objetivem gerir e apoiar a cultura, o que provoca uma queda acentuada da dispersão cultural do país. Essa realidade comprova que a escassez de recursos incentivadores pela esfera governamental promove o aumento da depreciação e do desencorajamento cultural do país, visto que, sem incentivo e apoio do governo, dificilmente os patrimônios serão acessíveis e exaltados.



Além disso, está explícito, na Constituição, que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, dando apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, o que, todavia, não é observado na prática. Um exemplo disso é a lei Rounet, a qual deveria garantir recursos para incentivar a valorização das expressões e patrimônios culturais, mas que atualmente está sendo utilizada em prol de eventos meramente lucrativos e que não exaltam a cultura popular. Além do mais, segundo pesquisas do IBGE, 75% dos municípios não recebem recursos governamentais para a construção de estruturas que objetivem gerir e apoiar a cultura, o que provoca uma queda acentuada da dispersão cultural do país. Essa realidade comprova que a escassez de recursos incentivadores pela esfera governamental promove o aumento da depreciação e do desencorajamento cultural do país, visto que, sem incentivo e apoio do governo, dificilmente os patrimônios serão acessíveis e exaltados.

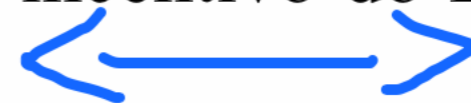




É inegável, portanto, que a falta de valorização por parte da esfera social e a escassez de recursos incentivadoras pela esfera governamental promovem a continuidade da ausência da defesa e de incentivo às manifestações e aos patrimônios da cultura brasileira. Para que esse cenário seja modificado, é necessário que o Ministério da Cultura, junto a Organizações Não Governamentais, incentive a valorização e a defesa das manifestações e patrimônios culturais por parte da população, através de propagandas e palestras que explicitem a importância da cultura da construção histórica da sociedade, a fim de conscientizar a população sobre seus deveres como cidadão e incentivar a participação popular. Ademais, é preciso que sindicatos e entidades culturais, como o Sindelivre, promovam reuniões ministeriais que indiquem a necessidade da liberação de recursos para o incentivo à cultura, através de projetos e licitações, visando ao crescimento do apoio e incentivo do Estado à preservação cultural dos municípios.



É inegável, portanto, que a falta de valorização por parte da esfera social e a escassez de recursos incentivadoras pela esfera governamental promovem a continuidade da ausência da defesa e de incentivo às manifestações e aos patrimônios da cultura brasileira. Para que esse cenário seja modificado, é necessário que o Ministério da Cultura, junto a Organizações Não Governamentais, incentive a valorização e a defesa das manifestações e patrimônios culturais por parte da população, através de propagandas e palestras que explicitem a importância da cultura da construção histórica da sociedade, a fim de conscientizar a população sobre seus deveres como cidadão e incentivar a participação popular. Ademais, é preciso que sindicatos e entidades culturais, como o Sindelivre, promovam reuniões ministeriais que indiquem a necessidade da liberação de recursos para o incentivo à cultura, através de projetos e licitações, visando ao crescimento do apoio e incentivo do Estado à preservação cultural dos municípios.





É inegável, portanto, que a falta de valorização por parte da esfera social e a escassez de recursos incentivadoras pela esfera governamental promovem a continuidade da ausência da defesa e de incentivo às manifestações e aos patrimônios da cultura brasileira. Para que esse cenário seja modificado, é necessário que o Ministério da Cultura, junto a Organizações Não Governamentais, incentive a valorização e a defesa das manifestações e patrimônios culturais por parte da população, através de propagandas e palestras que explicitem a importância da cultura da construção histórica da sociedade, a fim de conscientizar a população sobre seus deveres como cidadão e incentivar a participação popular. Ademais, é preciso que sindicatos e entidades culturais, como o Sindelivre, promovam reuniões ministeriais que indiquem a necessidade da liberação de recursos para o incentivo à cultura, através de projetos e licitações, visando ao crescimento do apoio e incentivo do Estado à preservação cultural dos municípios.



É inegável, portanto, que a falta de valorização por parte da esfera social e a escassez de recursos incentivadoras pela esfera governamental promovem a continuidade da ausência da defesa e de incentivo às manifestações e aos patrimônios da cultura brasileira. Para que esse cenário seja modificado, é necessário que o Ministério da Cultura, junto a Organizações Não Governamentais, incentive a valorização e a defesa das manifestações e patrimônios culturais por parte da população, através de propagandas e palestras que explicitem a importância da cultura da construção histórica da sociedade, a fim de conscientizar a população sobre seus deveres como cidadão e incentivar a participação popular. Ademais, é preciso que sindicatos e entidades culturais, como o Sindelivre, promovam reuniões ministeriais que indiquem a necessidade da liberação de recursos para o incentivo à cultura, através de projetos e licitações, visando ao crescimento do apoio e incentivo do Estado à preservação cultural dos municípios.



É inegável, portanto, que a falta de valorização por parte da esfera social e a escassez de recursos incentivadoras pela esfera governamental promovem a continuidade da ausência da defesa e de incentivo as manifestações e aos patrimônios da cultura brasileira. Para que esse cenário seja modificado, é necessário que o Ministério da Cultura, junto a Organizações Não Governamentais, incentive a valorização e a defesa das manifestações e patrimônios culturais por parte da população, através de propagandas e palestras que explicitem a importância da cultura da construção histórica da sociedade, a fim de conscientizar a população sobre seus deveres como cidadão e incentivar a participação popular. Ademais, é preciso que sindicatos e entidades culturais, como o Sindelivre, promovam reuniões ministeriais que indiquem a necessidade da liberação de recursos para o incentivo à cultura, através de projetos e licitações, visando ao crescimento do apoio e incentivo do Estado à preservação cultural dos municípios.



É inegável, portanto, que a falta de valorização por parte da esfera social e a escassez de recursos incentivadoras pela esfera governamental promovem a continuidade da ausência da defesa e de incentivo às manifestações e aos patrimônios da cultura brasileira. Para que esse cenário seja modificado, é necessário que o Ministério da Cultura, junto a Organizações Não Governamentais, incentive a valorização e a defesa das manifestações e patrimônios culturais por parte da população, através de propagandas e palestras que explicitem a importância da cultura da construção histórica da sociedade, a fim de conscientizar a população sobre seus deveres como cidadão e incentivar a participação popular. Ademais, é preciso que sindicatos e entidades culturais, como o Sindelivre, promovam reuniões ministeriais que indiquem a necessidade da liberação de recursos para o incentivo à cultura, através de projetos e licitações, visando ao crescimento do apoio e incentivo do Estado à preservação cultural dos municípios.